



Os funcionários de investigação criminal estão em greve desde Outubro

JOSÉ SENA GOULÃO/LUSA

Megaoperação de buscas foi adiada devido à greve da PJ

Na última semana, suspeitos não ficaram à solta por falta de exames e recolha de prova em crime sexual foi feita por estagiários de piquete

SÍLVIA CANECO
silvia.caneco@ionline.pt

Mais de cem inspetores da Polícia Judiciária (PJ) deviam ter saído ontem para uma megaoperação de buscas conduzida pela Unidade Nacional de Combate à Corrupção (UNCC). Mas a greve dos funcionários de investigação criminal ao trabalho suplementar e à prevenção, ao que o *i* averiguou, obrigou a unidade especializada no combate ao crime económico a adiar a operação.

Esta não foi a primeira investigação da PJ a ficar comprometida devido à greve que se irá manter até à publicação de uma portaria já assinada pelo ministro da Justiça que duplica o

valor pago pelos piquetes e prevenções. Na última semana, várias unidades falharam serviços ou atrasaram investigações devido à greve, em cenários tão distintos como burlas informáticas, incêndios, crimes sexuais ou homicídios.

Segundo informações recolhidas pelo *i*, três suspeitos de burla informática com cartões bancários foram alvo de buscas mas não chegaram a ser detidos, na sexta-feira, porque apesar de terem em sua posse elementos que indiciavam serem os autores do crime não foi possível fazer os exames necessários para o comprovar até às 18h. Nesse mesmo dia, a greve também impossibilitou que fossem ele-

mentos da PJ que investigam crimes sexuais a deslocar-se ao local onde um menor terá sido abusado sexualmente, em São Domingos de Rana: no seu lugar, estiveram um inspetor e duas estagiárias de piquete. Da mesma maneira que uma violação comunicada às 23h só terá chegado ao conhecimento da brigada responsável pela investigação de crimes sexuais uma hora e meia depois.

O cenário de uma polícia de investigação criminal a trabalhar a meio gás levou ainda a que nesse dia nenhum inspetor se tenha deslocado ao local onde terá ocorrido um incêndio: devido à greve, a PJ terá pedido à PSP de Loures para preservar o local até os

inspetores poderem ir ao terreno. Na quinta-feira, tinha sido uma equipa que estava de piquete a acorrer a outra comunicação da PSP de Loures, dessa vez pelo crime de violação. Terá sido também um elemento do piquete, acompanhado de funcionários do Laboratório de Polícia Científica (LPC), a tratar das diligências de recolha de prova num caso de furto através da explosão de uma caixa ATM, em Sintra, em vez da Unidade Nacional de Contra-Terrorismo. Haverá ainda mandados de detenção de suspeitos residentes longe de Lisboa que não estarão a ser cumpridos devido à greve e por não serem autorizadas dormidas ou pagamento de horas extraordinárias.

Fonte da PJ manifestou ao *i* o desagrado por uma portaria assinada a 20 de Dezembro não ter ainda sido publicada em Diário da República. "Não viramos a cara à luta mas a falsidade da tutela está a ter consequências graves nas investigações, com prejuízo muitas vezes da produção de prova", acusa. Contactada pelo *i*, a Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal (ASFIC) diz não ter tido, até ao momento, qualquer explicação do ministério para o atraso na publicação da portaria.